



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os fins, que a empresa **OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI**, CNPJ sob o nº 16.887.298/0001-33, com sede nesta capital na rua João batista 44-B, Bairro – Centro- CEP. 67.030-585 Ananindeua – Pará, Fone.: (91) 3255-6320/3014-2477 e-mail: officeserviceterceirizacao@gmail.com, tendo como Administrador o Sr. Marcos Damasceno, Portador da Cédula de Identidade CRA/PA nº 12.542 e CPF nº 427.956.483-34, prestou serviços de Limpeza e Conservação, com fornecimento de Materiais, Insumos e equipamentos, nas Dependências desta Instituição Federal de Ensino (IFPA) denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Bragança/PA, Localizada na Rua da Escola Agrícola, S/N, Vila Sinhá - Bragança - Pará, CEP. 68.600-000, Inscrita com o CNPJ sob o nº 10.763.988/0007-25, conforme contrato nº 06/2013, tendo o mesmo iniciado em 06 de Dezembro/2013 e encerramento em 05 de Dezembro/2016.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS/POSTO DE TRABALHO	QUANTIDADE
1	Encarregado	1
2	Auxiliar de Serviços Gerais/Seventes	13

Atestamos que os serviços foram executados em conformidade com as condições contratuais e satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Bragança/PA, 08 de Novembro de 2017

OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO
DE MÃO DE OBRA LTDA-EPP
Marcos Damasceno
Administrador

Rodrigo Pereira Barata
Diretor de Administração
e planejamento
IFPA - Campus Bragança
Port. Nº 22/2013-GAB

CONTRATO Nº 07/2013

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2013

PROCESSO Nº 23051.017825/2013-96

TERMO DE CONTRATO Nº 03/2013, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO CAMPUS BRAGANÇA, QUE ENTRE SI FAZEM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ IFPA - CAMPUS BRAGANÇA E A EMPRESA OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA - EPP.

O INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ – CAMPUS BRAGANÇA, Autarquia Federal, sediada na Rua da Escola Agrícola, s/nº, Bairro Vila Sinhá, na cidade de Bragança, Estado do Pará, inscrita no CNPJ sob o nº 10.763.998/0007-25, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Diretor Geral **Gerson Nazaré Cruz Moutinho**, designado pela Portaria nº 153/2009 - GAB, publicado no Diário Oficial da União em 17 de fevereiro de 2009, portador da Carteira de Identidade nº **06300679** CRQ - PA e do CPF nº **031.717.442-87**, residente e domiciliado no município de Bragança-PA e a doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pela Sr.^a **Giselle Barros Damasceno**, portadora do RG nº **038656282010-8** SSP/MA e do CPF nº **605.081.543-75**, celebram o presente **CONTRATO**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 03/2013**, que tem como objeto a prestação de serviços de limpeza e conservação nas instalações do prédio do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA – Campus Bragança**, na forma especificada no Processo 23051.017825/2013-96 e mediante cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a prestação do serviço de limpeza e conservação no Campus Bragança deste Instituto Federal, bem como, nos seus bens móveis, compreendendo o fornecimento de todo o material de consumo necessário, assim como os equipamentos adequados à execução dos trabalhos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos nos Anexos do edital do **Pregão Eletrônico nº 03/2013**.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

2.1. O presente contrato vincula-se aos termos:

2.1.1. Do Edital do **Pregão Eletrônico nº 03/2013 e seus anexos**, constantes do processo **23051.017825/2013-96**;

2.1.2. Da proposta vencedora da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VINCULAÇÃO À LEGISLAÇÃO

3.1. O presente Contrato será em tudo regido pelos preceitos de direito público, os princípios de teoria geral dos Contratos Administrativos e, em especial, pela Lei nº 8.666/93 em sua redação atual, ou outra norma superveniente que venha a substituí-la, resguardados o direito adquirido, o



ato jurídico perfeito e o equilíbrio econômico-financeiro ora pactuada, bem como, obedecendo ao disposto na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, no Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, Decreto 3.555, de 8/08/2000, Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, Decreto 3.722 de 09/01/2001, IN MARE nº 05, de 21/07/1995, IN MPOG/SLTI nº 02, IN MPOG/SLTI nº 03/2009, IN MPOG/SLTI nº 04/2009, IN MPOG/SLTI nº 05/2009, e Portaria SLTI/MPOG nº 02, de 8 de abril de 2009, e devidas alterações posteriores ou outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público, em complementação ou substituição à mencionada norma.

CLÁUSULA QUARTA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. A execução dos serviços contratados observará o regime de empreitada por preço global, previsto no Art. 10, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESCRIÇÃO DAS TAREFAS BÁSICAS

5 – DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO.

5.1. ENCARREGADO:

5.1.1. DIARIAMENTE:

- a) Coordenar e organizar os trabalhos nos setores;
- b) Prover, quantificar e distribuir os materiais e equipamentos para a manutenção das limpezas e atividades diversas;
- c) Fazer cumprir o plano de trabalho da Empresa objetivando o perfeito cumprimento do Contrato;
- d) Identificar e direcionar os trabalhos de acordo com suas habilidades para melhor cumprimento das atividades;
- e) Fiscalizar os trabalhos executados nos setores e tomar providências junto aos trabalhadores (serventes) quando ocorrerem denúncias ou notificação da fiscalização do CONTRATANTE;
- f) Prover substituições de trabalhadores (serventes) quando solicitado;
- g) Realizar outras atividades relacionadas às suas atribuições.

5.2. SERVENTES:

5.2.1. DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO.

- 5.2.1.1 Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;
- 5.2.1.2. Lavar os cinzeiros situados nas áreas reservadas para fumantes;
- 5.2.1.3. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- 5.2.1.4. Aspirar o pó em todo o piso carpetado;
- 5.2.1.5. Proceder a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia;
- 5.2.1.6. Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;
- 5.2.1.7. Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- 5.2.1.8. Varrer os pisos de cimento;
- 5.2.1.9. Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;
- 5.2.1.10. Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário;
- 5.2.1.11. Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;
- 5.2.1.12. Limpar os elevadores com produtos adequados;
- 5.2.1.13. Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;
- 5.2.1.14. Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;



5.2.1.15. Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 06 de 03 de novembro de 1995;

5.2.1.16. Limpar os corrimãos;

5.2.1.17. Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração;

5.2.1.18. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

5.2.2. SEMANALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO.

5.2.2.1. Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;

5.2.2.2. Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;

5.2.2.3. Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados à óleo ou verniz sintético;

5.2.2.4. Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;

5.2.2.5. Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;

5.2.2.6. Limpar e polir todos os metais, como válvulas; registros, sifões, fechaduras, etc.;

5.2.2.7. Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;

5.2.2.8. Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;

5.2.2.9. Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;

5.2.2.10. Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;

5.2.2.11. Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

5.3.3. MENSALMENTE, UMA VEZ.

5.3.3.1. Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;

5.3.3.2. Limpar forros, paredes e rodapés;

5.3.3.3. Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;

5.3.3.4. Limpar persianas com produtos adequados;

5.3.3.5. Remover manchas de paredes;

5.3.3.6. Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc.);

5.3.3.7. Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

5.4.4. ANUALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO.

5.4.4.1. Efetuar lavagem das áreas acarpetadas previstas em contrato;

5.4.4.2. Aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;

5.4.4.3. Lavar pelo menos duas vezes por ano, as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las.

ESQUADRIAS EXTERNAS

5.5.5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados pela contratada na seguinte frequência:

5.5.5.1. QUINZENALMENTE, UMA VEZ.

5.5.5.2. Limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando-lhes produtos anti-embaçantes.

5.5.6. SEMESTRALMENTE, UMA VEZ.

5.5.6.1. Limpar fachadas envidraçadas (face externa), em conformidade com as normas de segurança do trabalho, aplicando-lhes produtos anti-embaçantes.

ÁREAS EXTERNAS

5.6.7. DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO.

5.6.7.1. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;



5.6.7.2. Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;

5.6.7.3. Varrer as áreas pavimentadas;

5.6.7.4. Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;

5.6.7.5. Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 06 de 03 de novembro de 1995;

5.6.7.6. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

5.6.8. SEMANALMENTE, UMA VEZ.

5.6.8.1. Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.)

5.6.8.2. Lavar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrear;

5.6.8.3. Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;

5.6.8.4. Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

5.6.9. MENSALMENTE, UMA VEZ.

5.6.9.1. Lavar as áreas cobertas destinadas a garagem/estacionamento;

5.6.9.2. Proceder a capina e roçada, retirar de toda área externa, plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Fornecer a mão-de-obra necessária à execução dos serviços, alocando pessoal com nível de instrução e categorias profissionais adequados à execução dos serviços, dotado de boa apresentação;

6.2. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte dos empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração, substituindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da notificação, qualquer empregado havido como de conduta inconveniente, de mão-de-obra entendida como inadequada para a prestação dos serviços;

6.3. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-o através de crachás, com fotografias recentes;

6.4. Tomar as medidas necessárias ao pronto atendimento dos empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, respondendo civil, penal e criminalmente pelas cominações legais decorrentes das omissões destas;

6.5. Cumprir, os postulados legais vigentes de âmbito federal e distrital, as normas de segurança da Administração, inclusive quanto à prevenção de incêndios e as de segurança e Medicina do Trabalho;

6.6. Registrar e controlar, juntamente com o fiscal do contrato, eventualmente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, efetuando a imediata reposição da mão-de-obra, eventualmente ausente;

6.7. Relatar ao fiscal do contrato toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação de serviços;

6.8. Responsabilizar-se pela condução de seu pessoal em situações em que o transporte coletivo não esteja disponível e importe em descontinuidade dos serviços, objeto do contrato;

6.9. Responsabilizar-se pelo fornecimento e conservação dos uniformes, que deverão ser adequados ao tipo de serviço, da categoria profissional CONTRATADA, substituindo-o consoante o disposto no respectivo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, ou, quando necessário;

6.10. Sob sua responsabilidade, prover os empregados de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, sempre que os serviços a serem desenvolvidos sejam suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde dos mesmos (Norma Reguladora nº 6, MTE, aprovada pela Portaria nº 3214, de 08/06/78);

6.11. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos, equipamentos,



ferramental e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

6.12. Manter todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

6.13. Identificar todos os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc. de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

6.14. Nomear encarregado responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, permanecendo no local do trabalho em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Este encarregado terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

6.15. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

6.16. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;

6.17. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

6.18. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

6.19. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

6.19.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

6.19.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

6.19.3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

6.19.4. Treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e

6.19.5. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

6.19.6. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

6.19.6.1. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

7.1. Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO



- 8.1. O acompanhamento e a fiscalização do presente Contrato ficará a cargo, de Servidor indicado pela CONTRATANTE, previamente designado, de acordo com as normas internas do Campus Bragança, deste IFPA.
- 8.2. O **fiscalizador** do contrato pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.
- 8.3. A atestação de conformidade do(s) serviço(s) executado(s) cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.
- 8.4. A CONTRATADA deve manter **preposto**, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.
- 8.5. A entrega do produto (SERVIÇO) será objeto de acompanhamento, controle e fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE;
- 8.6. Quaisquer exigências da Fiscalização inerentes ao objeto desta Licitação, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 8.7. O recebimento do objeto desta licitação será condicionado à conferência, ao exame qualitativo e à aceitação final, obrigando - se a CONTRATADA a reparar, corrigir, substituir, no todo ou em parte, sanar os vícios, defeitos ou as incorreções porventura detectadas;
- 8.8. A Fiscalização se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os materiais entregues, se em desacordo com o objeto e cláusulas deste edital;
- 8.9. A execução das atividades contratuais será acompanhada e fiscalizada por servidor da Contratante especialmente designado para esse fim a ser oportunamente indicado.

CLÁUSULA NONA: DA DESPESA

9.1. A despesa mensal do presente Contrato para execução dos serviços é de **R\$ 28.160,65 (Vinte e Oito Mil Cento e Sessenta Reais e Sessenta e Cinco Centavos)**, e o montante estimado para **12 (doze) meses** é de **R\$ R\$ 337.927,83 (Trezentos e Trinta e Sete Mil Novecentos e Vinte e Sete Reais e Oitenta e Três Centavos)**, correrá à conta à conta do Orçamento Geral da União, alocado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA Campus Bragança, para o exercício de 2013, Programa 01933, Fonte 0112000000, Natureza da Despesa 339037-02, PI A0000P01CBP, Empenho 2013NE800063.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

10.1. A CONTRATADA deve apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura de serviços, em 2 (duas) vias, emitidas e entregues ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento, no mês subsequente ao da prestação do serviço, até o dia 20, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no art. 31 da Lei n.º 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.876/99, acompanhada das seguintes comprovações:

- 10.1.1. Pagamento salarial do mês da prestação dos serviços, acompanhado de cópia dos respectivos contracheques devidamente recibados pelos funcionários ou comprovante de depósito em suas contas correntes;
- 10.1.2. Guia de recolhimento do INSS e do FGTS, relativas ao mês anterior da prestação do serviço constante da fatura, discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados, exceto no último mês do contrato, quando o mês de referência deverá ser o da prestação dos serviços;
- 10.1.3. Regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede.
- 10.2. No caso de a nota fiscal/fatura ser emitida e entregue ao CONTRATANTE em data posterior à indicada na Condição 1 desta Cláusula, é imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

10.3. O pagamento dos serviços objetos desta licitação far-se-á mensalmente, em moeda nacional, através de Ordem Bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA, até o 10º



(décimo) dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA.

10.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- 10.4.1. Atestação de conformidade do serviço executado;
- 10.4.2. Apresentação da comprovação discriminada no item 1 desta Cláusula;
- 10.4.3. Garantia contratual vigente.

10.5. O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

10.6. No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido deverá ser acrescido de juros moratórios de 0,5 % ao mês, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, calculados "pro rata tempore", sobre o valor da nota fiscal/fatura, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = \{1 + TR/100\}^{N/30} - 1 \} \times VP$, onde:

TR = percentual atribuído à Taxa Referencial;

EM = encargos moratórios;

VP = valor da parcela a ser paga;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

10.7. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. A fim de garantir o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais a CONTRATADA apresentará garantia, dentro de 15 (quinze) dias da assinatura do contrato, no valor de R\$ **16.896,39 (Dezesseis Mil Oitocentos e Noventa e Seis Reais e Trinta e Nove Centavos)** equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, na forma prevista na legislação.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução do Contrato, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, sendo que no caso do Contrato vir a ser prorrogado, o prazo de validade da garantia se estenderá por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DA RESPONSABILIDADE CIVIL

12.1. São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA:

- a) Responder pelos danos de quaisquer natureza, eventualmente causados às instalações dos prédios, mobiliários, máquinas e demais pertences da CONTRATANTE, ainda que praticados involuntariamente por seus empregados;
- b) Assumir inteira responsabilidade por acidentes de trabalho que possam vitimar seus empregados, quando em serviço;
- c) Manter em serviço o número de empregados indicados na proposta e neste Termo de Contrato.
- d) Substituir, de imediato, o empregado dispensado, ou aqueles que porventura, venham a entrar de aviso-prévio, férias, licença médica ou outros impedimentos legais. Tais fatos deverão ser comunicados imediatamente à CONTRATANTE;
- e) A CONTRATADA será inteiramente responsável pela boa execução do serviço de mão-de-obra, bem como pelo fiel cumprimento da programação do serviço de limpeza, conservação e higienização definidos neste documento;



- f) A CONTRATADA se obriga a cumprir as exigências legais de segurança do trabalho, promovendo a proteção individual de seus empregados;
- g) Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, os salários dos empregados, os encargos sociais, inclusive previdenciários e trabalhistas, assim como, quaisquer despesas decorrentes do Contrato ora celebrado;
- h) A CONTRATADA será única e exclusivamente responsável perante a Justiça do Trabalho ou outra Justiça qualquer, referente a possíveis reclamações que possam existir dos seus empregados, principalmente no que tange à questões trabalhistas;
- i) É obrigação da CONTRATADA o fornecimento dos equipamentos que deverão ser utilizados na execução dos serviços de limpeza, conservação e higienização dentro das normas legais e de segurança, ainda que não claramente explicitados no Termo de Contrato ou no Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Administração do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA Campus Bragança poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as sanções a seguir relacionadas:

- a) Advertência;
- b) Multa de acordo com índice estabelecido pela legislação vigente, aplicáveis na contratação com o Governo Federal;

13.2. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública Federal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

- a) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- b) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- c) Fizer declaração falsa;
- d) Cometer fraude fiscal;
- e) Não retirar a nota de empenho na data fixada;
- F) Deixar de apresentar documento exigido para participação no certame;

13.3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a licitante vencedora estará sujeita às **penalidades** tratadas no item 15;

- a) Pela não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato;
- b) Pela recusa injustificada em assinar o contrato;
- c) Pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste.
- d) Pelo fornecimento de material desconforme com especificado;
- e) Pela não substituição, no prazo estipulado, do material recusado pelo IFPA Campus Bragança;
- f) Comprovado o impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do IFPA Campus Bragança, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.
- g) As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Em caso de atraso injustificado na execução dos serviços, descumprimento total ou parcial de quaisquer cláusulas e condições pactuadas, e na inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATADA está sujeita às penalidades previstas na forma da Lei 8.666/93, a saber:

- a) Advertência;
- b) Multa;



- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total das faturas emitidas e/ou a emitir, por dia de atraso em que, sem justa causa, a juízo da CONTRATANTE, deixar de cumprir com as obrigações assumidas, ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste pacto, até o limite de 15 (quinze) dias, quando então, persistindo a infração, incidirão sobre a CONTRATADA as cominações previstas no item subsequente, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis;
- f) As penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: DA RESCISÃO

14.1. O descumprimento de quaisquer cláusulas ou simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas cláusulas e condições dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo unilateralmente, mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA, quaisquer direitos ou indenizações, exceto o de receber o estrito valor do saldo dos serviços prestados até a data da rescisão e desde que tenham resultado efetivamente em proveito da CONTRATANTE na forma estabelecida neste Termo de Contrato.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: Poderá ainda ocorrer a rescisão contratual, independentemente de aviso ou interpelação judicial, ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da CONTRATADA;
- b) alteração do Contrato social ou modificação da finalidade e/ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste pacto;
- c) transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- d) cometimento reiterado de faltas, anotadas na forma do § 1º, art. 67 da lei 8.666/93.
- e) No interesse da Administração, mediante comunicação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, assegurado o pagamento do saldo dos serviços efetivamente prestados até a data do aviso de rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no Art. 65, da Lei 8.666/1993, sempre por meio de Termo Aditivo, com a apresentação das devidas justificativas;

15.2 A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo dos serviços contratados, em até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DA REPACTUAÇÃO

16.1. Será admitido a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir ou da data da última repactuação, observada a legislação que trata da matéria, em especial o Decreto 2.271/97 e a Instrução Normativa nº 02/2008, ou outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público, em complementação ou substituição à mencionada norma.

16.1.1. Será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.

16.2. Para fins da primeira repactuação será exigido o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento a que a proposta se referir, levando em consideração a



convenção coletiva utilizada para elaboração da proposta, independente do prazo contratual transcorrido;

16.3. Para fins da segunda repactuação e demais repactuações subseqüentes, será exigido o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data da última repactuação, independentemente de haver variação nos preços de outros itens antes de escoado esse prazo.

16.4. Qualquer repactuação de interesse da CONTRATADA terá de ser precedida de solicitação formal, contendo cálculo e demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos, de acordo com a Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços vigente, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.

16.5. O pedido da contratada deverá vir devidamente instruído com Nova Planilha de Composição dos Custos e acompanhado de todos os elementos que comprovem a variação dos custos pleiteada.

16.6. No caso de alteração dos custos referentes à mão-de-obra, será utilizado como parâmetro para a repactuação o índice de variação dos salários, que deverá ser comprovado por meio da convenção ou acordo coletivo de trabalho firmado pelo sindicato a que pertencerem os empregados da empresa contratada, devidamente registrado na Delegacia Regional do Trabalho/PA.

16.7. Os reajustes salariais concedidos às categorias de trabalhadores diretamente relacionadas à prestação do serviço, em decorrência de acordo, convenção ou dissídio coletivo ou equivalente, incidirão apenas sobre a parcela dos custos ligados diretamente à mão-de-obra, não incidindo sobre os demais itens da planilha.

16.8. Os efeitos financeiros da repactuação são devidos a contar da data da solicitação, desde que devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios, cabendo à parte interessada a iniciativa e o encargo dos cálculos e da demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos.

16.9. Aos insumos não alcançados pela majoração de custos da Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, e desde que devidamente comprovada a necessidade e legalidade do reajuste, o percentual do reajustamento não poderá exceder a mesma proporção da variação acumulada do IGPM, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ocorrida entre a data limite da assinatura do Contrato e o mês de reajuste, ou outro índice que vier a substituí-lo, em conformidade com a legislação em vigor.

16.10. A contratada poderá exercer seu direito à repactuação dos preços até a data da prorrogação contratual subsequente.

16.11. Caso a contratada não solicite a repactuação no prazo estipulado no parágrafo anterior, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

17.1. O valor do Contrato poderá ser revisto mediante solicitação da Contratada, na forma do Art. 65, Inc. II, Alínea "d", da Lei nº 8.666/1993, e observados os subitens subseqüentes:

17.2. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato;

17.3. A demonstração analítica será apresentada em conformidade com a Planilha de Custos e Formação de Preços referida no Anexo I do Projeto básico.

17.3.1. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura deste Contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, podendo ocorrer somente após o período de 12 (doze) meses da assinatura deste instrumento contratual.



CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

18.1. A vigência do contrato será pelo **período de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com as disposições estabelecidas no Art. 57 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

18.1.1. A prorrogação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a Administração, das condições e dos preços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: DA PUBLICAÇÃO

19.1. O registro e a publicação do Contrato em extrato será providenciado até o 5º dia útil do mês subsequente ao da assinatura, para ocorrer dentro de 20 (vinte) dias a partir daquela data, correndo todas as despesas de publicação às expensas da CONTRATANTE, na forma do artigo 61 da Lei 8.666/93.

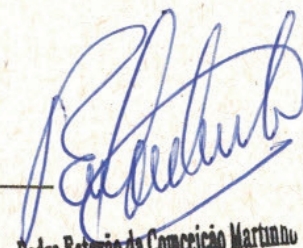
CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1. O foro para dirimir questão relativa ao presente Instrumento Contratual, será o da Justiça Federal, Seção Judiciária da cidade de Belém Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

20.2. E, por assim estarem de acordo, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Bragança-PA, 06 de Dezembro de 2013.

Pelo CONTRATANTE:


Gerson Nazaré Cruz Moutinho
Diretor Geral do Campus Bragança – IFPA
Portaria nº GAB Reitoria

Pedro Estevão da Conceição Martins
Diretor Geral / Substituto
Port. 554/2012

Pela CONTRATADA:


Giselle Barros Damasceno
Office Service Terceirização de Mão de Obra LTDA-EPP
CPF nº 605.081.543-75

TESTEMUNHAS:


Elivanda G. França Munis

CPF: 790.303.862-15


Rodrigo Pereira Barata

CPF: 685.545.752-53



5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 07/2013

QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 07/2013, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO CAMPUS BRAGANÇA QUE ENTRE SI CELEBRAM INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ CAMPUS BRAGANÇA E A EMPRESA OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA- EPP.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Bragança, Autarquia Federal, Sediada na Rua da escola Agrícola SN, Bairro Vila Sinhá, na cidade de Bragança Pará, inscrita no CNPJ nº 10.763.998/0007-25 – CEP 68.600 – 000., doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu DIRETOR Geral **Danilo Silveira da Cunha**, designado pela portaria nº 610/2015-GAB, publicado no diário oficial da união em 30 de abril de 2015, portador da carteira de identidade nº. 4344375 – SSP PA e do CPF nº 845.391.272-68, residente e domiciliado no município de Bragança, e, de outro lado à Empresa **OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 16.887.298/0001-33, com sede na Rua João Batista, nº 44 –B, Bairro: Centro, Cep: 67.030-585, Ananindeua-PA, neste ato representada pela **Giselle Barros Damasceno**, Sócia Administradora, Portadora do RG nº 038656282010-8 SSP/MA e do CPF. nº 605.081.543-75, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente **CONTRATO**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 03/2013**, que tem como objeto a prestação de serviços de limpeza e conservação nas instalações do prédio do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- IFPA – Campus Bragança**, na forma especificada no processo 23051.017825/2013-96, com sujeição a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações e nas legislações correlatas e demais diplomas legais aplicáveis, bem como nas cláusulas e condições a seguir:

MEC / SETEC IFPA

Campus Bragança

Arquivo e Protocolo

Recebido em

30/12/15

Fernando Silva

OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO
DE MÃO-DE-OBRA LTDA-EPP
Giselle Barros Damasceno
SÓCIA-ADMINISTRADORA



CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGALIDADE DO ATO

1.1.O presente Termo Aditivo cuja lavratura decorre da autorização administrativa competente, exarada no processo nº **23051.020953/2015-89**, e é celebrado e aprovado com base nas atribuições conferidas ao Diretor Geral do Campus Bragança do IFPA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1.A prorrogação do período de execução do contrato nº 07/2013, com vigência, contados a partir do dia **06/12/2015** e com término **05/12/2016**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas por este Termo aditivo.

E, por estarem assim justas e acertadas, foi celebrado o presente Termo Aditivo em três vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual, depois de lido e achado conforme, perante 02(duas) testemunhas a todo o ato presente, vai pelas partes assinado, os quais se obrigam a cumpri-lo.

Pelo CONTRATANTE:

Bragança/PA, 06 de Dezembro de 2015.

Danilo Silveira Da Cunha
Diretor Geral
Port. 610/2015-GAB

Pela CONTRATADA:

Giselle Barros Damasceno
Office Service Terceirização de Mão
de Obra LTDA EPP
CPF: **605.081.543-75**

OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO
DE MÃO-DE-OBRA LTDA - EPP
Giselle Barros Damasceno
SÓCIA-ADMINISTRADORA

TESTEMUNHAS:

Kerlice de N. S. Rodrigues

CPF 820.938.222-53

Rodrigo Pereira Barata

CPF: 685.545.752-53